

Esta seção trata das posições adotadas por Jair Bolsonaro frente à pandemia do coronavírus, contrariando as orientações da OMS, e de como isso tem impactado suas relações com os demais poderes e atores políticos. Aborda também os últimos resultados de pesquisa de opinião pública sobre a percepção da crise e das medidas para sua contenção, além da avaliação do governo, ministros e outras instâncias no combate à pandemia.



O terraplanismo sanitário de Bolsonaro

Em meio à pandemia de Covid-19, um dos destaques na conjuntura política nacional é a postura de Bolsonaro frente à necessidade de combate ao novo coronavírus. Após esboçar uma aproximação com governadores de estado, o presidente fez pronunciamentos em rede nacional nos quais minimizou a doença e atacou a imprensa e os próprios governadores.

Em um deles, minimizou a crise e tratou o novo coronavírus como uma “gripezinha”, que só vai afetar os idosos, acusando a imprensa e os governadores de estarem promovendo “histeria”. Bolsonaro adotou um discurso na contramão das orientações adotadas por todo o mundo e recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), defendendo isolamento parcial e reabertura do comércio e escolas e o retorno à normalidade.

As declarações do presidente têm sido alvo de reprovação por parte de diversas instituições e lideranças políticas nacionais. Foram repudiadas pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, o presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre, além de representantes da sociedade civil. Mesmo antigos aliados, como o governador Ronaldo Caiado (DEM) e João Doria (PSDB), romperam com Bolsonaro.

Em nota, o PT apontou a irresponsabilidade criminosa de Bolsonaro ao atacar as medidas de isolamento, na contramão de cientistas, autoridades médicas da OMS e de todos os países, em “mais uma demonstração de ignorância, má fé e cinismo de um presidente que só pensa em si, no seu poder e de sua família” (...). “Foi um gesto de total desprezo pela vida das pessoas, pelos seres humanos, pela população que ele tem obrigação de proteger diante da mais grave crise sanitária que o mundo moderno já enfrentou. Uma incitação ao genocídio.”

Neste contexto, o presidente perdeu protagonismo, enquanto coube ao ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, ao presidente da Câmara e aos governadores concentrarem poder de agenda no combate à pandemia. Se por um lado há um tresloucado Bolsonaro, que repete e reafirma absurdos e teorias conspiratórias, por outro há governadores tomando medidas, o Congresso pautando propostas econômicas e o ministro da Saúde defendendo diariamente a quarentena.

O impacto deste novo cenário foi o aumento da popularidade de Mandetta e dos governadores e da rejeição a Bolsonaro. Isso se deve tanto à postura discrepante entre Bolsonaro e os outros atores políticos, quanto à acentuada exposição midiática que estes receberam nos últimos meses.

Após perder espaço, o presidente intensificou sua postura errática que o isola ainda mais e o leva cada vez mais ao papel de quem está mais atrapalhando do que ajudando, e cujos atos devem ser podados. Isso se evidenciou quando o presidente quis demitir Mandetta, deixando claro que estaria disposto a rifar seu ministro em troca da nomeação de outro que fosse contra as recomendações da OMS. De acordo com informações de bastidores, a cúpula do Congresso Nacional e o núcleo militar que despacha do Palácio do Planalto, como o ministro da Casa Civil, general Braga Netto, e o próprio vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, intervieram para bloquear a ação do presidente. O fato traz mais uma confirmação de que Bolsonaro tem intenção de atacar a política de isolamento horizontal e reforça a hipótese de que sua governabilidade está tutelada pelo núcleo militar palaciano. Resta saber por quanto tempo Bolsonaro pode sustentar-se nesta linha tênue entre ser presidente e não presidir o país.

Opinião pública rejeita Bolsonaro e apoia Mandetta

Em 3 de abril, o Instituto Datafolha começou a divulgar uma série de dados sobre o último levantamento de opinião pública realizado sobre a condução da crise do coronavírus, entre os dias 1 e 3 de abril, após o início do período de isolamento social proposto pelo Ministério da Saúde que obteve adesão de boa parte dos governadores de estado. O Instituto já havia feito uma primeira sondagem entre os dias 18 e 20 de março, o que permite ver a evolução da opinião acerca da condução da crise.

A reprovação de Jair Bolsonaro na condução da crise cresceu de 33%, em março, para atuais 39%. Embora sua aprovação tenha se mantido estável, com 33%, ante 35% na rodada anterior, assim como a avaliação regular (de 26% em março, para 25%), essa é a maior taxa de avaliação negativa medida pelo Instituto desde o início de seu governo.

As mulheres têm sido mais críticas do que os homens (43% de avaliação negativa entre as mulheres e 35% entre os homens), assim como os mais jovens, chegando a 45% de desaprovação na faixa etária entre 16 e 24 anos e 47% entre os de 25 a 34 anos. Entre os que possuem maior poder aquisitivo,

de renda média e alta, seu apoio massivo se converteu em uma pesada rejeição (entre cinco a dez salários mínimos a avaliação negativa foi de 28% para 42%, e de 37% para 46% entre os com renda superior a dez salários mínimos).

Entre os que possuem nível superior de escolaridade a desaprovação de Bolsonaro na condução da crise chega a 50%, sendo o segmento que mais o rejeita nesse momento, sobretudo devido a sua postura negacionista e anticientífica.

Por outro lado, sua melhor avaliação fica entre os evangélicos e os residentes nas regiões Norte e Centro-Oeste (41% ambos) e entre os empresários (48%), segmento que não só garantiu sua eleição, como também é o que mais se opõe ao isolamento social proposto, fazendo coro ao discurso de Bolsonaro de que a economia não pode parar.

Já a avaliação do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, teve aprovação crescente de 55% para 76%, entre o final de março e o início de abril, enquanto sua reprovação caiu de 12% para 5%, e 18% avaliam sua atuação como regular, frente a 31% no início da quarentena. A aprovação do ministro é, portanto, mais que o dobro da de Bolsonaro

Mandetta mantém média de avaliação positiva acima de 70% entre os diversos segmentos, se sobressai entre os idosos (83% entre os com 60 anos ou mais), os com escolaridade superior (83%) e ainda os com renda acima de dez salários mínimos (84%).

Governadores e prefeitos também foram avaliados na condução da crise, e a avaliação positiva dessa instância também superou a de Jair Bolsonaro, com 58%, 13% de avaliação regular e 16% negativa. Governadores e prefeitos da região Nordeste foram os melhores avaliados, com avaliação positiva de 64% de seu eleitorado e os da região Norte e Centro-Oeste, por 61%.

O Ministério da Economia foi avaliado positivamente, responsável por um trabalho bom ou ótimo na condução da crise causada pelo coronavírus, por 37% dos entrevistados, 38% avaliam o trabalho do Ministério como regular e 20% ruim ou péssimo.

O governador de São Paulo, João Doria, chegou a pedir publicamente para que a população não seguisse as recomendações de Jair Bolsonaro na

condução da pandemia do coronavírus, e a adesão a seu pedido também foi medida na pesquisa do Datafolha, com concordância de mais da metade (57%) da população com João Doria e discordância de 33%, ao passo que 11% não souberam responder. A maior concordância com a postura do governador de São Paulo vem do Nordeste (65%), dos jovens de 16 a 24 anos (66%) e dos com maior poder aquisitivo e escolarização (64%).

Para cerca de metade dos entrevistados pelo Datafolha (51%) Bolsonaro mais atrapalha do que ajuda no combate à pandemia, e 40% pensam o contrário.

Entre as medidas adotadas para a contenção do coronavírus, a maior parcela da população (60%) é a favor do isolamento social para todas as pessoas, independentemente de ser ou não grupo de risco, enquanto pouco mais de um terço (37%) acha que o isolamento deve ser restrito apenas ao grupo de risco, como idosos e pessoas com comorbidade, e é novamente entre os empresários que se encontra o maior apoio ao isolamento seletivo (49%).

A maioria (65%) apoia a permanência do fechamento do comércio de bens não essenciais (principalmente os mais jovens e os mais instruídos, 74% e 72%, respectivamente), enquanto 33% querem a abertura do comércio (empresários, 45%), e as aulas devem permanecer suspensas segundo 87% da população.

Para 76% da população brasileira, no momento é mais importante que as pessoas fiquem em casa para evitar a propagação do coronavírus, mesmo que isso prejudique a economia e cause desemprego, enquanto 18% preferem acabar com o isolamento para estimular a economia e impedir o desemprego, ainda que a disseminação do vírus se propague.

O isolamento social é considerado a medida mais importante para conter o avanço do coronavírus por todos os segmentos e, vai continuar, em média, por 29 dias, sendo que 17% consideram que

vã durar mais de um mês. Cerca de um quarto da população (23%) defendem que isolamento social permaneça por 30 dias ou mais e a média apontada é de 32 dias.

Apesar de apenas um terço (33%) dos entrevistados aprovarem a maneira como Bolsonaro vem lidando com a crise, uma eventual renúncia hoje é rejeitada pela maior parcela da população (59%) e 52% consideram que ele ainda tem condições de liderar o Brasil neste momento, mas 44% já avaliam que Bolsonaro não tem mais condições de ser o líder do país. O desejo de renúncia é maior entre aqueles que reprovam o desempenho do presidente em relação ao surto de coronavírus (72%).

Se a aprovação de Bolsonaro continuar caindo perante as constantes oposições ao Ministério da Saúde na condução da crise, abastecendo a discórdia e reforçando a ideia de genocídio do próprio povo, é provável que cresça a taxa dos que defendem sua renúncia, o que pode tornar difícil e indefensável sua permanência. Já há quem diga que Bolsonaro não governa mais.

Bolsonaro segue na contramão da história, estimulando o ódio e uma postura irresponsável ao propor políticas públicas inadequadas e incentivar o pensamento anticientífico. Desorienta a população ao invés de proteger o povo, colocando o interesse do empresariado em primeiro lugar.

Não se trata de salvar vidas ou a economia. As preocupações do governo devem ser em torno de minimizar os problemas e pensar estratégias para otimizar suas ações em ambas as esferas, agilizando o recebimento do auxílio emergencial aos trabalhadores informais e desempregados, além de disponibilizar crédito para micros e pequenas empresas manterem os salários de seus funcionários durante esse período. Sem perder de vista a criação de um plano para conter a disseminação do vírus e ampliar o número de testes e tratamento pelo SUS para todos.